

Análise dos aspectos teóricos e práticos da Educação do Campo numa escola do município de Paranã-Tocantins

Analysis of theoretical and practical aspects of Countryside Education in a school in the municipality of Paranã-Tocantins

DOI 10.5281/zenodo.14941684

Luana Aparecida Da Silva Rodrigues¹
Josélia Batista Dias de Souza²

45

Resumo: Esta pesquisa encontra-se inserida no campo das ciências sociais, de modo a apresentar um estudo sobre os aspectos teóricos e práticos da Educação do Campo numa escola camponesa, localizada em Paranã-TO. O estudo tem como objetivo mostrar como os desafios e as possibilidades para a efetivação dos ideais teóricos da Educação do Campo podem ser analisados no contexto desta unidade de ensino. A parte teórica deste trabalho está dividida em subtítulos que englobam a história da Educação do Campo, suas lutas, seus anseios, a prática pedagógica do professor do campo e os dilemas atuais. Na sequência trata-se dos métodos e resultados obtidos pela pesquisa de opinião realizada durante o mês de dezembro de 2021 junto a um educador e uma coordenadora das unidades rurais de ensino local. De certa forma, com a realização desta busca constatou-se que apesar de não haver conhecimento específico dos princípios da Educação do Campo por parte dos respondentes, já há entre os educadores algum interesse em trabalharem a valorização da cultura local e a geração de autonomia dos alunos, o que se remete a política educacional do/para o campo. Enfim, notou-se que as dificuldades enfrentadas pelos educadores e mesmo pelas crianças da escola em questão em torno da falta de políticas públicas afetam o cumprimento dos ideais inerentes à promoção de uma Educação do Campo transformadora, de modo a prevalecer a precarização do ensino e desmotivação de muitos dos envolvidos no processo educativo.

Palavras-chave: Educação do campo. Políticas públicas. Dilemas. Ensino. Educação.

¹ Graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: luanaaparecidad64@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1426-0678>

² Mestra em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Mestra em Gestão e Auditoria Ambiental, Universidad Internacional Iberoamericana (UNIB). Administradora, Servidora Municipal (âmbito do SUS). Atuou como Docente Substituta na Universidade Estadual de Goiás na área de administração. E-mail: joseliabd@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3976-7343>

Recebido em 15/01/2025

Aprovado em: 25/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Abstract: This research is inserted in the field of social sciences, in order to present a study on the theoretical and practical aspects of Rural Education in a peasant school, located in Paranã-TO. The study aims to show how the challenges and possibilities for implementing the theoretical ideals of Rural Education can be analyzed in the context of this teaching unit. The theoretical part of this work is divided into subtitles that encompass the history of rural education, its struggles, its desires, the pedagogical practice of rural teachers and current dilemmas. Next, it deals with the methods and results obtained by the opinion survey carried out during the month of December 2021 with an educator and a coordinator of the local rural education units. In a way, with the accomplishment of this search it was verified that, although there is no specific knowledge of the principles of Rural Education on the part of the respondents, there is already some interest among the educators in working on valuing the local culture and generating autonomy for the students. students, which refers to the educational policy of/for the field. Finally, it was noted that the difficulties faced by educators and even by the children of the school in question around the lack of public policies affect the fulfillment of the ideals inherent in the promotion of a transforming Rural Education, in order to prevail the precariousness of teaching and demotivation of many of those involved in the educational process.

Keywords: Rural Education. Public Policies. Dilemmas. Teaching. Education.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a “Educação do Campo”, o qual é abordado com a seguinte delimitação: análise dos aspectos teóricos e práticos da Educação do Campo numa escola do município de Paranã-Tocantins. Destarte, a partir de pesquisa de opinião o presente estudo aborda, dentro de sua temática, pontos relacionados à realidade do ensino nessa localidade.

Esta escola oferta o ensino básico, necessariamente os seguimentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II a crianças e adolescentes de com idades entre 04 e 15 anos, no qual os mesmos, passando por várias dificuldades, sempre buscam inspiração na escola, com expectativas de um futuro próspero para todos da comunidade. Vale destacar que através de conhecimentos prévios sobre a Educação do Campo, apreende-se que isso pode despertar o interesse em conhecer a realidade da aplicação dos ideais de tal política educacional no contexto desta escola rural.

Nesta vertente importa observar que, considerando a falta de políticas públicas efetivas no âmbito escolar brasileiro, é notório como o ensino tem se tornado cada vez mais aquém do idealizado na legislação pertinente, principalmente nas escolas de zonas rurais (DOSSO; BRANDÃO, 2013).

A partir do estudo de Haddad (2012), percebe-se que no mundo contemporâneo, a Educação do Campo se encontra em situações precárias, o que interfere negativamente para o andamento do processo de ensino e aprendizagem nas instituições rurais, pois muitas escolas não possuem estrutura física mínima para o funcionamento de qualidade, e muito menos uma gestão capacitada para gerir os desafios presentes durante a construção de conhecimento dos alunos e das alunas.

De certo modo, a Educação do Campo nos enfatiza sobre seus pressupostos voltados ao meio social em que vivemos, e pode ser vista como uma educação que busca meios em prol da melhoria do ensino das comunidades camponesas. Assim, o problema de pesquisa resume-se na seguinte questão: Quais são os desafios e as possibilidades da Educação do Campo na realidade prática da escola do município de Paranã?

Com isso, o objetivo geral é mostrar como os desafios e as possibilidades para a efetivação dos ideais teóricos da Educação do Campo podem ser analisados no contexto da escola do município de Paranã-TO. No que reporta aos objetivos específicos estes compreendem: conhecer a realidade da escola do campo em estudo, mediante observação e entrevistas; levantar informações relacionadas à prática pedagógica na escola, a partir das entrevistas; e investigar aspectos que possam ocasionar dificuldades ou viabilizar melhorias efetivas da Educação do Campo nessa escola.

A precariedade e os desafios do ensino do campo têm chamado a atenção para diversos estudos nos últimos anos. De acordo com Molina (2006), a necessidade de pesquisar mais sobre a Educação do Campo é fortalecida pela importância de se compreender as demandas presentes nas escolas rurais, de forma a valorizar as lutas que camponeses ergueram por longos anos em busca do direito a um ensino de qualidade para toda a comunidade rural. E portanto, vale frisar que a Educação do Campo é fruto da luta da população do campo organizada, ou seja, dos movimentos sociais.

Assim, ao investigar este tema, busca-se ter maior intimidade com esse assunto, pois a partir do processo de pesquisa será possível a prática pedagógica do campo e as percepções dos sujeitos que fazem parte do contexto evidenciado.

Enfim, esta investigação é necessária e de grande importância para se compreender a realidade da escola e se conheça de perto os possíveis problemas enfrentados no percurso escolar, bem como se pense melhor a respeito de proposições de melhoria.

Este artigo tem suas partes distribuídas em: revisão teórica com os subtítulos, aspectos conceituais e históricos em torno da Educação do Campo, de reflexões sobre os desafios da

prática pedagógica nas escolas brasileiras, bem como tem-se a descrição geral dos métodos e das técnicas de pesquisa, de modo a observar: a tipologia, a caracterização da escola, os participantes da pesquisa, a caracterização e a descrição dos instrumentos de pesquisa, os procedimentos de coleta e de análise de dados, os resultados e discussão, as considerações finais e as referências inerentes.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta parte apresentará os métodos e técnicas que foram empregados durante a realização da pesquisa de opinião com educadores de uma escola rural do município de Paranã - TO.

2.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

À luz de Silveira e Córdova (2009) foram utilizados os seguintes tipos de pesquisa:

Pesquisa bibliográfica - foi baseada em livros, esta consiste em referenciais que englobam a Educação do Campo e seus diversos aspectos, de modo a adotar literaturas como: Fundamentos da Educação do Campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia de Geovânio Rossato e Walter Praxedes; Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar de Dermeval Saviani e Newton Duarte, entre outros teóricos.

Pesquisa de opinião com participantes não identificados – A partir desse método simples de coleta de dados (WEBER; PÉRSIGO, 2017), foi possível a avaliação em torno do sentido e da opinião que os educadores selecionados atribuíam às práticas da Educação do Campo na escola rural onde atuavam à época do estudo. Tal processo permitiu também melhor compreensão da realidade da instituição alvo, na qual houve a possibilidade de conhecer por meio das respostas dos educadores o tipo de ensino que é praticado junto aos alunos que residiam na comunidade.

2.2 Caracterização da região e da escola

A escola na qual o tema foi analisado será chamada pelo pseudônimo “Escola Bonita” (ou Escola B), a fim de preservar as questões éticas na pesquisa (BRASIL, 2016).

No que toca à localidade onde a instituição está instaurada, tem-se que segundo Oliveira (2015, p. 6) “a cidade de Paranã, situada no extremo sul do Estado do Tocantins, está localizada na confluência dos rios Palma e Paranã, afluentes do rio Tocantins e distante 350 km da capital do Estado, Palmas”.

A autora continua esclarecendo que: “com suas origens no século XVIII, a antiga São João da Palma, hoje Paranã, foi sede da Comarca do Norte e importante polo na luta separatista do Norte de Goiás, tornando-se sede do Governo Provisório do Norte, de certo modo, a primeira capital do Tocantins” (OLIVEIRA, 2015, p.6).

De acordo com informações *in loco* durante esta pesquisa, identificou-se que a Escola B, que é uma escola do campo, encontra-se nas proximidades da sede do município de Paranã-TO, e atua com a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental há cerca de 30 anos, esta atende a aproximadamente 110 crianças nestas fases do ensino básico. Enfim, obteve-se que essa unidade enfrenta alguns desafios a serem superados e que serão identificados de forma mais específica durante a investigação. Para tanto, em consideração à temática da Educação do Campo foram entrevistados dois profissionais de educação atuantes nesse contexto, os quais ao longo desse estudo são chamados pelos pseudônimos Dê e Lu.

2.3 Participantes da pesquisa, caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Esta pesquisa teve como participantes: um professor e uma coordenadora da escola rural em estudo no município de Paranã, considerando-se que nesta o número total de envolvidos no ensino não perpassava o de 06 professores.

De tal modo que foi utilizado o seguinte instrumento na realização da pesquisa de opinião:

-Roteiro de Entrevista – o qual foi composto por 7 questões relacionadas aos dados socioeconômicos dos entrevistados (parte A) e 5 questões relacionadas às práticas da Educação do Campo na Escola (parte B) e mais 3 questões relacionadas à escola propriamente (parte C).

2.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os processos metodológicos foram realizados através de: pesquisa bibliográfica em livros, artigos e legislação pertinente; pesquisa de opinião operacionalizada através de observação da escola e de entrevista semiestruturada junto a um professor e uma coordenadora da escola do campo em estudo.

Após coletados os dados estes foram tabulados, de modo a se realizar a transcrição das falas e a análise do conteúdo obtido à luz dos pensamentos de autores estudados.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Aspectos conceituais e históricos em torno da Educação do Campo

Ao se falar em Educação do Campo, este termo nos remete aos dilemas que ocorrem na trajetória educacional vivenciada pelos camponeses no que tange a: cultura, transporte, saúde, convívio social, ou seja, todos os aspectos que relacionam-se com garantias fundamentais e que contribuem para que esses grupos tenham qualidade de vida e qualidade na educação. Segundo Rossato e Praxedes (2015, p. 37):

O processo histórico de construção da educação do campo se viu legalmente refletido na promulgação da constituição federal de 1988, que garantiu o direito e o respeito às singularidades culturais e regionais, dispondo como objetivo fundamental do país (entre outros) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Embasando no pensamento dos autores citados, compreendem-se como as comunidades camponesas lutam em prol dos seus direitos desde séculos passados, de como os camponeses ainda buscam e tentam assegurar direitos básicos à sobrevivência que muitos ainda não possuem.

E ao se falar em educação em espaços rurais, vale ressaltar que a mesma é a norteadora no processo de luta por uma comunidade mais desenvolvida em todos os sentidos, pois sabemos que a educação é uma arma transformadora, principalmente quando se fala em questões de direitos humanos (VIEIRO; MEDEIROS, 2018).

A Educação do Campo é conceituada como o ensino estabelecido às comunidades rurais, como as que vivem em: fazendas, sítios e chácaras, a mesma deve ser olhada de forma ampla e minuciosa, pois sabemos que o campo é um lugar no qual ocorrem várias adversidades, e a educação qualificada para todos ainda é uma das conquistas que muitos camponeses sonham em conquistar (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

Neste ensejo cumpre destacar à luz de Caldart et al. (2012) que há diversas comunidades do campo ou populações do campo, entre elas as formadas por comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, bem como por outros grupos que atuam nesse contexto como caiçaras, ribeirinhos(as), camponeses(as), agricultores(as) familiares, produtores(as) rurais, assentados(as) de Reforma Agrária, e entre outros.

Rossato e Praxedes (2015, p.52) enfatizam que:

O contexto histórico vivido pelos movimentos sociais levou ao desenvolvimento de um novo paradigma educacional que resultou na construção da chamada educação do campo, provocando o poder público a aprovar uma legislação específica para se escolarizar os sujeitos do campo.

Fundamentando no ponto de vista dos autores acima, obtemos que os movimentos sociais voltados para a Educação do Campo são de grande relevância para as conquistas que a comunidade em geral almeja. No entanto, à luz de Molina (2006) é possível compreender que muitas das vezes os(as) camponeses(as) não conseguem adquirir seus direitos através de reivindicações e dos movimentos sociais voltados para os mesmos, ou quando conseguem essas conquistas são deixadas apenas no papel e nunca colocados em prática, de modo que muitos estão desestimulados com a realidade vivida.

Rossato e Praxedes (2015, p. 39), ao relatarem sobre a história da educação do campo, enfatizam sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), e seus respectivos fatores que englobam o campo:

[...] o artigo 28 da LDB é o que marca decisivamente a história oficial da educação do campo no Brasil. Ele determina aos sistemas de ensino adaptarem-se quanto à sua gestão e organização curricular e pedagógica, visando adequar-se às peculiaridades do campo.[...]

Diante da afirmação de Praxedes e Rossato, o artigo 28 da LDB é um dos pilares que impulsionam os camponeses a não desistirem de uma educação qualificada, esse instrumento legal nos faz pensar sobre como as políticas públicas voltadas para o campo é de extrema relevância.

Entretanto, sabe-se que esse contexto não é visto como alvo principal para se efetivar políticas públicas, pois o mesmo se torna inferior a zona urbana, e as quantias de verbas que são implementadas para a educação não subsidiam nem a metade dos gastos estabelecidos no âmbito escolar (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

Em comparação às demandas que englobam o campo, uma gestão competente ao lidar com o mesmo, é aquela que busca subsídios básicos para a melhoria do ensino do campo, aquela que participa direta e indiretamente na comunidade que entende as particularidades desse espaço, ou seja, tornando-se de grande valia no processo de ensino aprendizagem dos alunos, pois o docente, ao assimilar as dificuldades que a comunidade enfrenta, ele deverá sempre buscar fatores que estimulem os alunos a superarem várias dificuldades no percurso escolar (DOSSO; BRANDÃO, 2013).

Praxedes e Rossato (2015, p. 71) enfatizam que:

A construção da escola do campo depende do envolvimento da comunidade no seu cotidiano e na sua gestão, participando das atividades pedagógicas e dos conselhos gestores na busca de soluções para os problemas que se apresentarem no processo escolar, uma vez que os educandos não são considerados como indivíduos isolados, mas como membros de uma família e de uma coletividade.

Diante dessa afirmação dos autores, compreende-se como a educação tem um enorme valor para os camponeses, pois tal conquista adveio da garra e da força dos seus antepassados na luta por um ensino igualitário, democrático e acessível para todos os camponeses, sejam crianças, jovens e adultos, enfim, uma educação que envolva toda a comunidade, e que ajude a mesma a superar várias dificuldades encontradas no meio social em que vivem.

3.2 Educação do Campo: reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nas escolas brasileiras

De forma reflexiva, a gestão e a prática pedagógica de uma escola do campo devem ser voltadas para atender aos requisitos demandados no campo, de maneira que os seus gestores e educadores conheçam a realidade na qual o aluno está inserido, e quais os pressupostos existentes que dificultam a superação de várias limitações no âmbito escolar e social em que este vive. Nisto, Saviani e Duarte (2012, p. 155) argumentam que:

Ora a escola precisa ir além do cotidiano das pessoas e a forma de ela fazer isso é por meio da transmissão das formas mais desenvolvidas e ricas do conhecimento até aqui produzido pela humanidade. Não interessa, porém, à classe dominante que esse conhecimento seja adquirido pelos filhos da classe trabalhadora. [...]

A partir da teoria dos autores, compreende-se que no mundo moderno é necessário que se tenha uma educação que vá além dos muros da escola, e quando se fala em educação camponesa, é de extrema importância que se tenha um ensino voltado para os princípios e valores que norteiam o campo no seu todo.

Ao refletir sobre o ensino do campo frente à sociedade dos dias atuais. Ghedin (2012, p.96) nos enfatiza que:

A problemática do campo é uma situação que já envolveu muitas discussões nos diversos espaços da sociedade brasileira. Mas houve várias pressões tanto da sociedade civil organizada como da comunidade internacional para superação dos conflitos e para o atendimento do homem do campo.

Com base no pensamento de Ghedin, apreende-se que o campo sempre foi um lugar que enfrentou e que ainda enfrenta vários obstáculos em todos os sentidos, e um dos que é motivo de luta e resistência é a educação, pois só a educação de qualidade pode mudar o mundo para um lugar melhor. E quando se fala em educação de qualidade, é necessário ter políticas públicas qualificadas que dão voz e recursos necessários para a melhoria do ensino rural.

Ao se falar sobre as adversidades que permeiam o campo nos dias de hoje, é primordial se pensar sobre a construção de identidades dos camponeses. Rossato e Praxedes (2015, p.63) argumentam que: “a construção das identidades é o resultado das relações sociais entre seres humanos que possuem formas de pensar, sentir e expressar a afetividade, compartilhar uma cultura [...]”.

Partindo da conceituação dos autores citados acima, é imprescindível refletir sobre a importância da identidade camponesa, pois os sujeitos do campo possuem crenças e valores que precisam ser mais enfatizados no meio social, pois o campo sempre possuiu e possui conhecimentos locais e subsídios básicos à sobrevivência da população que neste vive, ou seja, este espaço deve ser valorizado em todos os seus aspectos.

Ao se questionar sobre a construção de identidade, é notório falar sobre a cultura que se relaciona com essa constituição de valores agregados ao campo. Rossato e Praxedes (2015, p.64) deduzem que:

É preciso levar em consideração que as culturas coexistem, estão imbricadas umas nas outras e interagem pacífica ou conflituosamente. Quando os educadores e os educandos se encontram nos processos educativos, as identidades diferenciadas de cada qual entram em contato, servindo de referência umas para as outras [...].

Com base no pensamento dos autores acima, é relevante pensar que as culturas coabitam-se, e que no âmbito rural as mesmas têm um valor inestimável, pois a cultura diz muito sobre quem são os povos do campo, sobre suas lutas, seus anseios, suas crenças e sobre

como os mesmos são vistos frente à sociedade. Enfim, os camponeses possuem uma cultura muito rica, na qual valorizam os costumes dos seus antepassados e tentam preservar até os dias atuais.

Rossato e Praxedes (2015, p.97) nos enfatizam que: “A escola pública da educação do campo pode se constituir como um espaço de luta contra a hegemonia política, cultural e econômica dos grupos sociais dominantes, ao mesmo tempo em que possibilita a livre expressão cultural e a união dos camponeses [...]”.

Portanto, através da conceituação dos autores acima, e também à luz de Haddad (2012) depreende-se como a união dos camponeses na luta por seus direitos frente à sociedade preponderante, é de extrema relevância, pois ao adquirirem todos os seus direitos, ainda que de forma gradual, a relação da cultura camponesa tende a ter maior visibilidade frente à sociedade hegemônica e polarizada.

Em consonância com Praxedes e Rossato (2015) tem-se Arroyo (2014, p.27), o qual enfatiza que:

Paulo não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos, mas reeduca a sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos como sujeitos de sua educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Outros sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação.

Com base na afirmação de Arroyo, que por sua vez interage com Oliveira e Campos (2012), é notório se falar que os camponeses buscam também uma educação que visa à valorização de suas terras, de sua cultura, e de sua identidade do seu próprio eu, ou seja, o autor nos questiona sobre o meio de adaptação, ou seja, sobre a gestão escolar e o cenário em que essa acontece, de forma a compreender todos os fatores que abrangem o campo, e conseqüentemente a buscar novos meios de aprendizagem que estimulem toda a comunidade.

Em concordância, Rossato e Praxedes (2015, p.84) salientam que:

A escola do campo é uma conquista coletiva de uma política pública, por isso os processos educativos que ocorrem no seu interior devem também passar por processos avaliativos coletivos, que podem ser realizados através dos conselhos escolares, para que sejam avaliados se não só os objetivos pedagógicos imediatos estão sendo alcançados, mas, por exemplo, se a escolarização está estimulando o individualismo, a competição na busca do melhor desempenho, e a desagregação social [...]

Em referência ao pensamento dos autores exteriorizados acima, a Educação do Campo sempre foi motivo de luta e resistência de todos os camponeses, em busca de um ensino democrático e que englobam todos os camponeses, sabe-se que frente à sociedade em geral as

comunidades camponesas sempre irão defrontar com as obstruções que demandam o campo. Esses autores, assim como Molina (2006), nos questionam também sobre a questão de analisar os processos de ensino referentes ao campo, ou seja, se os mesmos estão apropriados para a comunidade e se por estes se alcançará todos os objetivos propostos para esse âmbito.

A vista disso para se ter uma educação do campo de qualidade é preciso refletir também sobre a formação dos docentes, e sobre a composição adequada de sua gestão escolar. Pois segundo Ghedin (2012, p.130):

O papel do educador é de fundamental importância para a construção da educação do campo na medida em que ela está profundamente ligada ao processo de construção do desenvolvimento sustentável das comunidades das áreas de assentamento. A formação inicial e continuada desses futuros educadores deve ter presente um processo de valorização da cultura local. Nesse processo, aparece o diálogo como essência no desenvolvimento de uma sociedade justa e verdadeiramente democrática.

Diante da reflexão de Ghedin (2012), obtém-se que o professor do campo é um dos componentes importantes na luta em favor de um ensino qualificado nesse contexto. Mas é de suma importância se lembrar que a formação de qualidade dos professores é um dos dilemas a serem resolvidos, pois sabe-se que em algumas escolas do campo várias pessoas lecionam aulas sem ter no mínimo o Ensino Superior Completo (DOSSO; BRANDÃO, 2013).

Diante de entraves como esses, e de vários fatores, como falta de infraestrutura básica para o funcionamento da escola no campo, percebe-se que a educação da zona rural está cada vez mais se tornando um lugar infértil, incapaz de produzir processos educativos de qualidade como os previstos na LDB (BRASIL, 2012) e na Constituição Federal (BRASIL, 2010), o que contribui para uma sociedade à margem de políticas públicas e de garantias fundamentais.

Em contrapartida com Ghedin (2012), Rossato e Praxedes (2015, p.84) nos questionam que: “[...] A escola como esfera pública democrática, possibilita a capacitação de pais, alunos e educadores para compartilharem a busca de soluções para os problemas da escola, do bairro, da cidade, do estado, do país e da vida da espécie humana do planeta”.

À luz do pensamento de Rossato e Praxedes, tem-se que a Educação do Campo é permeada pela coletividade, enfim, pela participação da comunidade, dos alunos, professores e da gestão escolar, os quais compreendem este meio, ou seja, numa escola do campo para que seus objetivos e anseios sejam alcançados, é necessário que o trabalho ocorra em equipe, e que todos os envolvidos possam contribuir na luta por uma educação democrática para o povo do campo.

Em relevância, Rossato e Praxedes (2015, p.97) enfatizam que: “a escola pública da educação do campo pode se constituir como um espaço de luta contra a hegemonia política,

cultural e econômica dos grupos sociais dominantes, ao mesmo tempo em que possibilita a livre expressão cultural e a união dos camponeses [...]”.

Com base na conceituação dos autores acima, é imprescindível se pensar em como a cultura é algo significativo na vida dos camponeses, pois a mesma realça toda a história do campo, todas as suas lutas e conquistas, ou seja, é relevante que no âmbito escolar, a cultura seja estudada, para que os alunos possam valorizar os costumes de seus antepassados.

Contudo, como bem discorrem Haddad (2012) e Dosso e Brandão (2013), tanto no caso da cultura, quanto no que tange a outros aspectos teóricos para a Educação do Campo, para que esta ocorra dentro dos parâmetros ideais, há desafios que precisam ser superados, de forma que a efetividade de políticas e de investimentos em torno desta causa é essencial para se ter gestão e práticas pedagógicas que de fato valorizem o campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados são apresentados os achados em torno das evidências da Educação do Campo numa Escola Rural quilombola, chamada nesta pesquisa de “Escola Bonita”. A descrição compreende as percepções obtidas durante entrevistas realizadas junto a um professor (identificado pelo pseudônimo Lu) e uma coordenadora (identificada pelo pseudônimo “Dê”) da referida unidade educativa, conforme requisitos éticos da pesquisa (BRASIL, 2016).

4.1 Os fundamentos da Educação do Campo na ótica de professores e coordenação da escola “Bonita”

Durante este estudo foi possível observar algo preocupante, pois quando questionados sobre o conhecimento que tinham sobre os fundamentos que regem a Educação do Campo, obteve-se que o professor “Lu” e a coordenadora “Dê”, atuantes no âmbito da Escola “Bonita”, afirmaram em primeiro momento terem uma limitação para expressarem a fundamentação conceitual desta política educacional, o que ao longo do diálogo foi sendo compreendido de outro modo.

Na verdade, após o avanço da conversa com esses profissionais percebeu-se que apesar de haver dificuldades para conceituarem o termo, identificou-se que alguns preceitos já são operados ainda que minimamente na prática docente, como será possível averiguar no tópico seguinte, entre eles, a autonomia e a emancipação do sujeito a partir da escola do campo (OLIVEIRA; CAMPOS, 2012).

Mediante este achado, cumpre apontar que na concepção de Souza (2008) é de certo modo visto como relevante haver o entendimento em torno dos fundamentos da Educação do Campo, pois o desconhecimento disso termina por limitar a prática pedagógica e ao mesmo tempo por inviabilizar a operacionalização dos objetivos formativos no contexto das escolas presentes no meio rural.

Por outro lado, partindo de Vieira e Medeiros (2018) quando se trata de princípios e concepções da Educação do Campo, por muitas vezes esses aspectos são confrontados pela questão formativa da equipe pedagógica, daí a importância de se ensinar esses preceitos de forma mais intensiva aos docentes em formação e mesmo de se fortalecer as políticas de educação continuada para este fim.

4.2 A operacionalização dos conceitos da Educação do Campo na Escola “Bonita”: aspectos da prática pedagógica existente

Mesmo diante de uma resposta anterior ainda frágil sobre os fundamentos da Educação do Campo, após realizar-se uma apresentação desses aspectos conceituais aos entrevistados, seguiu-se com a segunda e a terceira questão, as quais buscaram identificar se nesta escola esses conceitos são aplicados e como no âmbito do ensino diário os educadores contribuem para a emancipação de seus alunos, que é um dos princípios formativos da política em estudo. Para tanto, obteve-se que é possível que a EC seja desenvolvida quando na unidade educativa se trabalha com as estratégias destacadas pelo professor Lu:

“Atuo de acordo com a identidade do aluno e da escola, com uma metodologia baseada na realidade do aluno no processo educativo”. (observou o professor Lu).

Ao observar a fala do professor Lu, compreende-se como a identidade do aluno do campo deve ser sempre trabalhada em sala de aula, pois os mesmos possuem os seus próprios costumes e crenças, assim como qualquer outra comunidade, o que reflete os fundamentos da Educação do Campo. Rossato e Praxedes (2015, p.64) mencionam que:

Os seres humanos formam as suas identidades nas relações sociais que estabelecem entre si em um processo dependente da aprendizagem e da capacidade de interagir e se relacionar socialmente. Cada ser humano necessita aprender a conviver em uma estrutura social na qual as suas disposições subjetivas entrarão em interação com as identidades individuais e coletivas dos demais seres humanos.

Diante do pensamento dos autores, a identidade do aluno deve estar sempre sendo estudada também no meio social em que o aluno convive, o que inclui a interação com o seio

familiar, para que o mesmo assimile o quão suas raízes são importantes. Pires (2012, p.108) evidencia que: “[...] Compreender a identidade da escola do campo requer reconhecer a relação entre cultura e escola, e que as questões culturais sempre estiveram presentes em debates sobre a educação do campo sobre a escola.”

E ao se falar em identidade é imprescindível não se falar sobre as práticas pedagógicas que os docentes realizam com seus alunos no âmbito da Educação do Campo. Almeida e Melo (2018, p.29) nos enfatizam que: “A efetivação de políticas de formação de professores para a educação do/no campo torna-se necessária para garantir que esses profissionais desenvolvam ações pedagógicas a partir de perspectivas teóricas- metodológicas correspondentes às necessidades do campo”.

Conforme o pensamento dos autores é fundamental que o professor do campo conheça cada aluno e como é o seu desenvolvimento com as atividades propostas, pois ao planejar e executar essa prática o mesmo deve buscar sempre métodos que condizem com a realidade dos alunos, estimulando os mesmos a superarem suas dificuldades, portanto, operacionalizando o ideal de afirmar a cultura e os valores locais, o que está presente na política da Educação do e para o Campo (DOSSO; BRANDÃO, 2013).

Assim sendo, cumpre destacar, ainda, que na Escola Bonita, apesar do educador apontar que atua em sala aplicando preceitos da Educação do Campo no ensino praticado, aproximando-se dos propósitos desta política, é fundamental, como destaca Souza (2008), que se fortaleça outras práticas associadas à valorização de uma metodologia inovadora. Enfim, é preciso adotar estratégias pedagógicas que sejam capazes de confrontar os padrões do ensino tradicional excludente, de maneira a superar o predomínio dos métodos dominantes, que por muitas vezes contribuem para o enfraquecimento das escolas e das comunidades rurais.

4.3 As dificuldades, limitações e possibilidades para a Educação do Campo na Escola “Bonita”

Ao seguir-se com a quarta e a quinta questão, buscou-se evidenciar tanto as dificuldades e limitações quanto as possibilidades em torno de maior amplitude para as práticas pedagógicas alicerçadas nos ideais da Educação do Campo no contexto da Escola “Bonita”, diante disso, alcançou-se as seguintes considerações por partes dos entrevistados:

As maiores dificuldades das escolas do campo é a dificuldade dos alunos em aprender ler, escrever, e interpretar, a falta de recursos didáticos e a falta do transporte, pois

muitos alunos ainda faltam às aulas por não terem acesso ao transporte. (observou o professor Lu).

Para que a Escola “B” forme sujeitos, é preciso que a mesma seja adequada para essa formação, é preciso que se tenham políticas públicas qualificadas dentro da escola. (destacou a coordenadora “Dê”).

Embasado na posição dos entrevistados acima, compreende-se que a Educação do Campo procura sempre intervir na sociedade contemporânea e buscar meios em que melhore a qualidade do ensino rural, contudo, sabe-se que não é algo fácil, pois a mesma ainda não é valorizada da forma que deveria ser na sociedade em que vivemos. E ao se falar em propostas que melhorem o ensino rural, Pires (2012, p.116) destaca que:

Nesse sentido, é fundamental viabilizar nas escolas do campo a construção de uma proposta pedagógica diferenciada. O projeto político pedagógico se constitui em um instrumento de gestão para colocar em ação essa proposta. Para tanto, sua elaboração deve ser democrática, envolvendo todos os que fazem parte da escola: estudantes, gestores (as), coordenadores (as), professores (as), profissionais de apoio e a comunidade.

Com base no pensamento da autora, para que se possam amenizar as dificuldades e os entraves na escola do campo, é essencial se pensar na elaboração do projeto político pedagógico, pois o mesmo é que fará com que a escola alcance todos os seus objetivos. Sabe-se que para amenizar as dificuldades relatadas pelo professor “Lu”, deve-se começar pela elaboração eficaz de um projeto político pedagógico que englobe toda a comunidade camponesa.

Ao analisar o relato da coordenadora “Dê” sobre a formação de sujeitos dentro da escola, a mesma cita algo primordial para a comunidade camponesa, o que interage com o entendimento apresentado por Pires (2012, p.97), a qual ressalta que: “A proposta por uma Educação do Campo se constitui em uma luta dos povos do campo por políticas públicas que assegurem o seu direito à educação e uma educação que seja no e do campo [...]”. Ou seja, as políticas públicas quando são realmente colocadas em prática visam melhorar todos os aspectos que circundam o campo.

Por outro lado, conforme identificado, a Escola Bonita assim como outras unidades educacionais públicas da área rural presentes no Brasil, enfrenta adversidades especialmente de cunho de investimento e financiamento público, enfim, há necessidade de outras providências que perpassam os aspectos conceituais da Educação do Campo.

4.4 Proposições para a Educação do Campo emancipadora na Escola “Bonita”

Ao analisar os resultados do artigo no seu todo, especialmente os problemas a serem pensados em torno da Educação do Campo, pode-se observar como esta política educacional ainda busca espaço no meio das escolas rurais em realidades próximas com as quais interagimos. As limitações para se promover essa forma de ensino não resumem-se somente na carência de verbas, mas também na ausência de voz e de espaço para os saberes do campo numa sociedade em que a própria educação permanece polarizada.

No entanto, um dos problemas mais complexos no seio educacional da escola “B” ainda é a falta de políticas públicas direcionadas a atender o compromisso com o ensino do campo, uma vez que até a infraestrutura da escola não está adequada para que se dê andamento às aulas.

No entanto, para que se alcancem os objetivos traçados da escola “B”, é preciso que se tenha um Projeto Político Pedagógico (PPP) que englobem todas as demandas do campo, e ainda, é necessário que todos da comunidade participem de forma efetiva na elaboração do mesmo, ou seja, é preciso que educadores, coordenação, enfim, a comunidade escolar participe mais dos processos decisórios deste contexto.

É fundamental que mecanismos de fortalecimento dos princípios da Educação do Campo caminhem de fato na direção de gerar maior autonomia do trabalho docente e ao mesmo tempo a emancipação de alunos e da comunidade camponesa. A escola “B” deve ser utilizada como espaço de construção e interação de saberes populares locais e os científicos, ao mesmo tempo em que deve ser palco de defesa dos direitos coletivos e individuais e de fortalecimento e afirmação desses sujeitos.

CONCLUSÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada com educadores da escola municipal “B”, localizada numa comunidade camponesa do município de Paranã-TO. O estudo trouxe algumas inquietações que precisam ser melhores refletidas a partir de futuros estudos em torno da prática e da formação docente para um ensino disseminado a partir dos ideais da Educação do Campo.

Ao analisar os posicionamentos trazidos pelo educador e pela coordenadora de ensino rural notou-se que a relação das crianças da comunidade camponesa com os procedimentos de ensino do/para o campo é afetada pela carência de políticas públicas que possam atender as demandas estruturais da unidade escolar em pauta. Mediante isso, entendeu-se a essencialidade de medidas que estejam voltadas para a geração de um ensino de qualidade, onde as crianças

possam ir e vir da escola com segurança, ao mesmo tempo em que toda a comunidade escolar possa desfrutar desse espaço para a geração e troca de conhecimento, bem como para a promoção de cidadania e de democracia.

Por fim, a realização da presente pesquisa perpassa a questão acadêmica, tendo impacto e aplicação social, uma vez que, pela interação com o local e pelo acompanhamento da realidade do ambiente estudado foi possível refletir e trazer aspectos que podem ser úteis para a demonstração de algumas de suas necessidades e para o fortalecimento das lutas por uma Educação do Campo transformadora e de maior qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo; MELO, Maria. **Educação do/no campo: demandas da contemporaneidade e reflexões sobre a práxis docente**. Florianópolis/SC: Bookes, 2018.

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENEVIDES, Cleusa Souza. **Paranatinga, Paraná: Adrian's assessoria e marketing LTDA**, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010, 104 p.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 44 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução 510 de 2016**. Brasília: CEP/CONEP, 2016.

DOSSO, Maria Regina; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do Campo: Avanços, limites e desafios para sua efetivação. In: DOSSO, Maria Regina. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor/PDE** 2013. Universidade Estadual do Paraná. Cadernos PDE, vol. 1, p.3-17, 2013.

GHEDIN, Evandro. **Educação do campo epistemologia e práticas**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

HADDAD, Sérgio. Direito à Educação. In: CALDART, Roseli Saete [et al]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. (org.) **Educação do Campo e Pesquisa II**– Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Saete [et al]. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 788 p.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Tocantins). **Perfil Socioeconômico de Paranã- TO**. 1º Ed. Palmas-TO, 2015.

ROSSATO, Geovânio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. São Paulo: Loyola, 2015.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. São Paulo: Autores associados, 2012.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – a pesquisa científica. In.: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação Do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Müller. **Princípios e concepções da educação do campo** [recurso eletrônico]. 1. ed. Santa Maria/RS: UFSM, NTE, 2018.

WEBER, Andréa F.; PÉRSIGO, Patrícia M. *Pesquisa de Opinião Pública: princípios e exercícios*. Santa Maria: Facos-UFSM, 2017.